



Eixo Temático

7. Educação Especial na Educação no Campo

Título

REFLEXÕES SOBRE A INTERFACE ENTRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO: ENTENDENDO CAMINHOS

Autor

Christiano Felix dos Anjos

Instituição

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal do Espírito Santo

E-mail

avitima@gmail.com

Palavras-chave

Educação Especial; Educação do Campo; Interface; Desigualdade e Exclusão

Resumo

A ausência de discussões (Caiado, 2010) relativas à interface da educação especial e educação do campo, vem nos provocando algumas questões/indagações. Por que esse silêncio? O porquê dessa, que, podemos chamar de uma, “desigualdade e exclusão bilateral”? Trazemos aqui considerações teóricas sobre a construção dessa ideia de “desigualdade e exclusão bilateral” que acontece entre educação especial e educação do campo. Tecer a partir de dissertações e teses do PPGE/UFES, sobre a educação do campo, a percepção da diversidade que compõe este ambiente do campo. Por sua vez considerar as produções de teses e dissertações que tratam diretamente com a interface entre a educação especial e educação do campo a partir de uma busca no sítio do Banco de Teses da CAPES. Olhando para as produções que versam sobre a interface entre a educação especial e a educação do campo. O sujeito público alvo da educação especial nas escolas do campo é visibilizado, mas em meio a isso esse sujeito não é totalmente visível. Para quem é essa visibilização do sujeito público alvo da educação especial nas escolas do campo? Os atores que assumem a centralidade de movimentar as demandas dos movimentos sociais do campo, tem tido acesso a esse movimento de visibilização para além da produção de um sujeito transparente?

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Texto Completo

Estudos sistematizados por Caiado (2010), Loureiro *et al* (2011), Jesus *et al* (2011), tem nos revelado que existe uma invisibilização da Educação do Campo e da Educação Especial em sua interface.

A ausência de discussões mais sistemáticas (Caiado, 2010) relativas à interface dessas duas modalidades, vem nos provocando algumas questões/indagações. Por que esse *silêncio*? O porquê dessa, que, podemos chamar de uma, “desigualdade e exclusão bilateral” entre essas duas modalidades? E no contexto local do Estado do Espírito Santo? Como isso vem se materializando?

Tendo em vista colocar tais questões, o presente texto tem por objetivo trazer três eixos que nos ajudam a tecer reflexões sobre o exposto. O primeiro eixo, nos permite trazer considerações teóricas que sobre a construção dessa ideia de “desigualdade e exclusão bilateral” que acontece entre as duas modalidades de ensino, educação especial e educação do campo, onde a percepção de uma interface entre elas tem sido dificultada. Para tal nos apropriamos das discussões de Boaventura de Sousa Santos.

Para o segundo eixo, buscamos tomar como foco as produções de dissertações e teses que tratam da educação do campo encontradas o sitio do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Temos neste caso por objetivo, sintetizar suas temáticas e considerações chamando atenção para as percepções da diversidade que compõe este ambiente do campo e que no meio desta pluralidade ainda encontramos existências invisíveis, quando as contextualizamos nos outros momentos presentes neste texto.

Neste contexto de produções, tomamos como foco as produções que trabalhavam com os sujeitos do campo em escolas públicas de ensino regular, pois são nesses espaços que os direitos discutidos e manifestados no âmbito da legislação tem o lugar de direito garantido.

No terceiro momento, consideraremos as produções de teses e dissertações que tratam diretamente com a interface entre a educação especial e educação do campo a partir de uma busca no sitio do Banco de Teses da CAPES. Assim será importante a



partir dessas produções, a percepção de como vem se dando o desvelamento dessas, de um movimento que trata especificamente sobre a interface entre a educação especial e educação do campo.

E por fim apontaremos considerações que emanam, a partir dessa diversidade explorada pelas produções do campo, somadas à produção da interface entre a educação especial e educação do campo. Buscamos por pistas que nos permitam pensar em uma produção que possibilite perceber e explorar essa invisibilização do sujeito da educação especial no contexto da escola do campo, tendo em vista uma possível superação.

Por Que “Desigualdade e Exclusão Bilateral”?

Para iniciarmos esse diálogo é importante chamar atenção alguns para fatores potencializadores dessa desigualdade e exclusão que invisibiliza quando encontramos nessas realidades do ambiente do campo uma “hegemonia da cidade”, com suas culturas globalizadas e colonizadas pelos países do hemisfério norte que ditam: a produtividade capitalista que descaracteriza esses espaços; o conhecimento produzido que é reconhecido é apenas aquele das ciências modernas como sendo as únicas verdades e não aquelas desenvolvidas pelos sujeitos locais; formas de histórias locais tendo apenas um único sentido e não levando em conta os movimentos de construção histórico local que existem, mas são diferentes das reconhecidas pela hegemonia global.

Também importante entender como Santos (2007), Derrida (apud, Skliar, 2008) e Hall (2014) nos direciona a pensar em pistas que nos permite o rompimento dessa “desigualdade e exclusão bilateral” e a superação dessa invisibilização que se é produzida da educação do campo, educação especial e de sua interface.

Assim, neste contexto é importante entender, primeiramente o que chamo de “desigualdade e exclusão bilateral”.

Temos a partir de Sousa Santos (1999) que a desigualdade e exclusão estão sendo historicamente superadas, fato importante levantado pelo autor. Considerando tal fator, essa emancipação que nos leva para superação da desigualdade e exclusão, temos percebido que, mesmo assim, ainda continua-se a excluir. Nessa emancipação, também



existem contradições e são essas contradições que geram, ainda, mais desigualdades e exclusão.

Santos (1999) nos fala que “[...] a desigualdade e exclusão são dois sistemas de pertença hierarquizadas” (p. 2) e como tal, o sistema da desigualdade, o ato de pertencer-se a algo, se dá pela subordinação a ela, já na exclusão o ato de se estar excluído é que permite pertencer-se a algo a partir disso.

Por ser hierárquico, o sistema de desigualdade, precisa da presença daquele que está abaixo, é vital a sua pertença nesse sistema, a desigualdade é presente, mas não pode ser deixada de lado, por sua vez o sistema de exclusão também com sua hierarquia exclui aquele que está em baixo. Para o autor, os grupos sociais formam uma complexidade que insere dentro de si as duas formas, o sistema de desigualdade e o de exclusão.

Neste contexto, Sousa Santos nos coloca que ele se apropria em Marx para trabalhar sua ideia de desigualdade, que está assentada em uma integração entre capital e trabalho, e que essa integração por sua vez também, nos coloca a existência de uma desigualdade a partir da exploração de classe.

Por sua vez o autor se remete a Foucault para falar de exclusão. Os dispositivos de normalização que qualificam e desqualificam os sujeitos, desqualificam o louco, o criminoso, o deficiente. Desqualificando-os sabemos a quem excluir e manter longe.

Assim, neste contexto temos a “desigualdade e exclusão bilateral”, temos o campo com sua relação de desigualdade proporcionada pelo capitalismo, a educação especial com o deficiente, sendo aquele que não se encaixa no âmbito da sociedade, precisa ser tirado dela e viver longe para que não seja percebido ou seja excluindo-o.

A ideia de bilateralidade que estou trazendo neste momento está assentada no contexto filosófico da axiologia, onde este significa um conjunto de valores de uma determinada sociedade (REALE, 1999). Como esses valores possuem uma constituição hierárquica, acentua-se a desigualdade e exclusão quando tratamos de dois grupos sistematicamente organizados e com história de lutas para conquistas de direitos que levem em conta suas realidades específicas.



Neste sentido a bilateralidade da desigualdade e exclusão está assentada no sentido de que ambos os movimentos, tanto o de Educação do Campo quanto o de Educação Especial são como faces de uma mesma moeda, possuem uma relação, como cada uma está voltada para um lado, mas não se veem, não conseguem se perceber, invisibilizando-se entre si. Assim, as duas modalidades não identificam o status de desigualdade e exclusão de um para com a outra. Tal circunstância cria um entrave em se pensar em uma articulação que possibilite a interface entre a educação especial e a educação do campo.

Santos (1999) ainda nos mostra que entre os movimentos do campo social existem mecanismos que permite perceber a centralização de uma forma de desigualdade ou de exclusão, o que reforça ainda mais a “desigualdade e exclusão bilateral”, no caso do tema em tela, entre a educação do campo e educação especial.

Dessa forma, colocamos a nossa percepção de exclusão e desigualdade e como ela acontece de forma complexa e simultânea entre as lutas dos grupos, neste caso as questões do campo e da educação especial. Assim, entendemos que, no sentido de estarem tão centralizados em seus discursos, acabam por corroborar com a “desigualdade e exclusão bilateral”.

Reconhecendo esses status entre essas duas modalidades de ensino, suas especificidades e seus movimentos de lutas, é importante nos direcionarmos a compreender essas existências invisíveis, que se encontram presentes entre essas duas modalidades, mas são produzidas como não existentes (SANTOS, 2007).

Assim sendo a partir dessa contextualização que buscou tecer teoricamente sobre a existência de uma dupla exclusão, buscaremos nesse segundo momento trazer o movimento de produção científica no contexto da educação do campo, suas principais temáticas e considerações para a área dessa educação do campo no âmbito estado do Espírito Santo.

Produções Acadêmicas da Educação do Campo: movimentos que se constituem

Quando olhamos para a especificidade das produções acadêmicas do PPGE/UFES, percebemos produções que fazem emergir os movimentos que vem se

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



constituindo dentro de uma educação do campo, que leva em conta os sujeitos do campo considerando seu jeito de viver e trabalhar que tornando diferentes do mundo urbano. Isto nos coloca a necessidade de compreender formas próprias de se relacionar com o tempo, espaço, meio ambiente e organização familiar (ARROYO, CALDART e MOLINA, 2004).

Assim, percebemos o quão rico e carregada de diversidade cultural o ambiente do campo é permeado e a partir do acesso ao sítio do PPGE/UFES, encontramos um número de 17 dissertações e 6 teses que tratam do tema em tela nessa seção. Vale ressaltar que o sítio do PPGE/UFES, não tem armazenado toda a produção de teses e dissertações desde sua fundação. Os trabalhos assumem um determinado arco temporal que se inicia de 2004 até novembro de 2014 (limite da busca para a escrita deste texto).

Começando pelas dissertações apreendemos temáticas diferenciadas para a constituição do corpus de conhecimento na educação do campo no estado do Espírito Santo. Os temas que se desvelam a partir de nossa busca são formados pela: formação do professor Sem Terra e suas práticas educativas; identidade do sujeito indígena nos ambientes escolares de uma aldeia; a apropriação da leitura e escrita na escola do campo, levando em conta a linguagem próprias; a educação ambiental no contexto das escolas do campo; educação quilombola; educação profissional nas escolas do campo; cultura camponesa no currículo escolar; cinema e arte para cultura camponesa; educação pomerana.

Para o que diz respeito as teses defendidas temos o seguinte contexto: pedagogia da alternância; educação indígena, cultura digital e novas tecnologias; família camponesa;

A partir dessas temáticas podemos perceber o quanto é presente a diversidade dentro do contexto da educação do campo. As dissertações e teses produzidas no PPGE-UFES evidenciou entendemos como as especificidades dessas experiências plurais, Pires (2012) chama nossa atenção para esse contexto:

Existe uma diversidade de povos do campo. São os(as) agricultores(as) familiares, os(as) extrativistas, os(as) pescadores(as) artesanais, os(as) ribeirinhos(as), os(as) assentados(as) e acampados(as) da reforma agrária, os(as) trabalhadores(as)

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



assalariados rurais, os(as) caboclos(as) e outros que produzem suas condições materiais de existência a partir do trabalho do meio rural. (BRASIL/PR, 2010 apud PIREZ, 2012 p.46).

Sobre as principais considerações desses autores, encontramos que existe uma maneira, atenção no trato de enfatizar essa multiplicidade cultural existente. Se encontra presente nos textos o reconhecimento dessa multiplicidade na educação do campo dessa. Cada sujeito existente, composto por sua comunidade, movimento social possui sua forma particular de ver o mundo. Santos (2007) considera importante essas experiências, que emergem a partir das realidades locais, e que devem sempre ser levadas em conta não devendo ser subtraídas pelas relações de um determinado grupo hegemônico.

Percebemos então que as considerações dessas produções partem por esse caminho do desvelamento. Diferente da diversidade de temáticas apresentadas pelas dissertações e teses, tais considerações indicam esse caminho comum que consiste no “fortalecimento de políticas públicas que respeitem e valorizem os saberes, a cultura e a identidade dos sujeitos que vivem e trabalham no e do campo” (ZEN, 2006).

Produções de Dissertações e Tese que Versam sobre a Interface entre a Educação Especial e Educação do Campo

Também constitui objetivo desse texto que busca trabalhar esse aspecto da “desigualdade e exclusão bilateral” que ocorre entre a educação especial e educação do campo, buscar levantar as produções que tratam de pensar na visibilização do sujeito público alvo da educação especial nos espaços do campo.

Caiado (2010) e outros autores preocupados com esta temática chamam atenção para a falta de produções acadêmicas sobre a interface entre a educação especial e educação do campo.

Assim sendo, inicialmente procuramos nos próprios espaços do PPGE/UFES, assim como feito com as produções acadêmicas sobre a educação do campo, alguma dissertação e tese que trabalhasse o tema objetivo desse texto. Em nossa busca, encontramos uma única dissertação nesse programa.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



A partir daí, buscamos no Banco de Teses da CAPES, e nesse sítio encontramos mais cinco dissertações que buscavam a partir de suas especificidades apontar para um diálogo que evidenciasse esses sujeitos com deficiência nos espaços do campo espalhados pelo Brasil. A diversidade de temáticas trabalhadas e de grupos sociais, assim como na educação do campo, também é encontrada aqui. Esses olhares, nos ajudam a desvelar a existência desses sujeitos nos múltiplos contextos de uma educação do campo plural em sua diversidade.

Para além do Espírito Santo, também encontramos duas produções no estado do Mato Grosso do Sul, dois no Paraná e um em Santa Catarina. Isso nos diz que a interface tem sido pensada, mas infelizmente a produção acadêmica ainda é pequena se comparada às que trabalham com cada modalidade separadamente.

Chama a nossa atenção para o período que começaram a ser pensadas as possibilidades da interface. Em nossas buscas, o ano de 2009 com a dissertação feita no âmbito do PPGE/UFES foi a primeira a problematizar a interface. Depois dessa, temos estudos nos anos de 2011 e 2012, mas oriundos de outros programas de pós-graduação.

No que tange as temáticas estudadas encontramos, trabalhos que buscavam apontar para: a formação docente na perspectiva de uma escola inclusiva no campo; o sujeito com surdez e seus processos de interação cultura, comunidade e escola no âmbito de uma comunidade indígena Guarani-Kaiowá; o sujeito indígena com deficiência visual e seu direito a educação; um trabalho que busca tematizar mais incisivamente sobre a interface entre a educação especial e a educação do campo; e um que busca um mapeamento do sujeito com deficiência no campo através do censo disponibilizado pelo MEC/INEP.

Como nos trabalhos sobre a educação do campo, aqui também podemos apreender o discurso da diferença e da necessidade de levar em conta as especificidades dos sujeitos, suas culturas e realidades locais. Existe um aspecto que acrescenta ao discurso das considerações finais de seus trabalhos, que consiste nas dificuldades de materialização de políticas públicas, dificuldades de infraestrutura de acesso e permanência do sujeito com deficiência nas escolas do campo e a necessidade de



articulação entre os campos de conhecimento para uma melhor compreensão da interface.

Um elemento primordial que esses trabalhos nos apontam é, o sujeito público alvo da educação especial, ele se encontra presente no campo, é também constituído como um sujeito do campo e estuda em uma escola que aponta para as temáticas específicas da modalidade presente em sua realidade.

Assim sendo, percebemos que a interface entre a educação especial e educação do campo, mesmo tendo poucos trabalhos que tangenciam essa temática tem sido problematizada, mas um olhar para esses sujeitos precisa ser constantemente problematizado para evitar a produção de sua não existência (SANTOS, 2007).

Considerações: formas de aproximação entre a modalidade educação especial e educação do campo

Até aqui, tivemos como objetivo levantar a discussão que diz respeito a centralidade discursiva das demandas e tensões que existem em cada grupo social. Percebemos as representações dos movimentos sociais que buscam mobilizar direcionamentos que possibilitem nortear o olhar do outro para suas demandas, possibilitando pensar em políticas que trabalhem com relações de direitos que provoquem a superação de desigualdade e exclusão de suas existências, que grupos hegemônicos ajudam a produzir a suas existências (SANTOS 2007). Neste caso, o foco são nos movimentos que pensam na educação do campo e na educação especial.

Como dito anteriormente, existe no âmbito desses movimentos, uma relação de centralidade de demandas e interesses que por sua vez acaba por apelar para uma identidade social de seus sustentadores. Assim, também nos aproximamos, dos estudos de Hall (2014) para compreendermos esse fenômeno de centralidade. O autor nos ajuda ao argumentar sobre diferentes grupos sociais.

Assim o feminismo apelava para às mulheres, a política sexual aos gays e às lésbicas, as lutas raciais aos negros, o movimento antibelicista aos pacifistas, e assim por diante. Isso constitui o nascimento histórico que veio a ser conhecido como *políticas de identidade* – uma identidade para cada movimento (HALL, 2014 p. 27).

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Percebemos que essa *política de identidade* “deixa de fora muita experiência” (Santos, 2007) de outros diferentes elementos e identidade que podem sob certas circunstâncias, ser justamente articulados.

Os apontamentos das dissertações e teses, nos permite ir construindo três considerações que nos ajudam a pensar e tensionar o que foi exposto anteriormente.

Percebemos dentre os espaços estudados, uma diversidade de sujeitos e temáticas consideráveis, tanto quanto olhamos a educação do campo, quanto aos trabalhos que discutem a interface com a educação especial. Desta forma, mesmo tendo entre os, diversos grupos que contribuem no movimento de construção de políticas públicas de suas questões centrais onde buscam dar visibilidade as suas realidades, ainda, existe dentro destas uma multiplicidade de outras realidades.

Como exemplo, quando falamos de uma educação do campo, de forma comum, logo nos vem à mente os movimentos de reforma agrária, o Movimento dos Sem-Terra. Mesmo a realidade do campo tendo muito mais do que a centralidade discursiva desse grupo, não existem apenas esses como aqueles oriundos dos movimentos camponeses. Para além, dessa centralidade que o MST assumiu, também existe outros grupos, como os quilombolas, indígenas, ribeirinhos e outras realidades que acabaram sendo invisibilizados. Assim a diversidade de sujeitos é presente.

A segunda consideração, apoia-se quando encontramos nas temáticas e considerações dos trabalhos analisados, um conjunto de relações que esses dados podem ter entre si.

A partir do texto de Jesus *et al* (2011), que evidencia a existência dos sujeitos público alvo da educação especial nas escolas do campo no estado do Espírito Santo, temos subsídios analisar a escolarização desses alunos nas escolas públicas do campo.

Assim, quando vislumbramos as dissertações e teses que trabalham a educação do campo no estado do Espírito Santo, sabemos que o aluno público alvo da educação especial se encontra incluído nessas escolas. Desta forma, quando essas pesquisas discutem a importância de apreender e levar em conta a diversidade, temos um anúncio de que mesmo que eles estejam olhando uma realidade específica em seus contextos, estão abrindo espaço para que outras realidades sejam consideradas.



Com isso, podemos compreender que existe possibilidades para que não haja um fechamento de um olhar tão centralizado, que exclui e traz desigualdade em um discurso que busca exatamente o oposto.

A partir dessas reflexões, partimos aqui para a terceira parte de nossas considerações.

É importante, a partir do que foi escrito até esse momento, chamar atenção para pensar que as identidades dos grupos que estavam compondo as pesquisas estudadas, tanto seus sujeitos, quanto seus autores não estão fechados uma caixa. Aqui, assumimos que a identidade não é fixa. Não temos apenas o campesino ou o sujeito com deficiência. Nós temos o campesino **com deficiência**.

Assim sendo, percebemos que Skliar (2008), quando nos aponta para um conceito em Derrida, e busca caracterizar esse movimento de não termos uma identidade fixa, de classificação:

Respeitar o Outro, é não procurar conhecê-lo. O respeito ao Outro não busca tematiza-lo. Não é um respeito pela diferença, mas uma contemplação da *différance*. A diferença é composta pelas binarismos que aprisionam e normatizam. A diferença se produz pelo conhecimento do outro e coloca condições na relação, uma relação de estar com o outro, lado a lado, de fazer dele uma analogia do mesmo. A diferença é reconhecida, aceita, tolerada e respeitada. A diferença tematiza o outro, tomando-o faces do mesmo. As diferenças são cores, gêneros, idades, classes de um único mesmo. (SKLIAR, 2008, p.45).

E ainda o autor conclui:

A *différance* não tem limite, permite pensar o processo de diferenciação para além de qualquer espécie de limites: quer se trate de limites culturais, nacionais, linguísticos ou mesmo humanos. Existe a *différance* desde que exista um traço vivo (SKLIAR, 2008, p.45).

Percebemos então que, dentro desses discursos das produções, possuindo esse *viés*, visibilizamos a existência de uma grande quantidade de outras identidades nas produções estudadas para esse texto. Eles se encontram presentes, mas como dito anteriormente, suas existências são invisibilizadas, mas, mesmo com essas



invisibilizações existe o reconhecimento da diversidade de formas de ser e estar no campo.

Quando olhamos para as produções que versam sobre a interface entre a educação especial e a educação do campo. Percebemos que é produzido uma visibilidade do sujeito público alvo da educação especial nas escolas do campo, mas em meio a isso esse sujeito não é totalmente visível. Ele se torna um “sujeito transparente”. Fala-se sobre ele, compreende-se ele, mas as políticas públicas não têm sido garantidas segundo a leitura dessas produções.

Assim, encerro esse texto me perguntando. Para quem é essa visibilização do sujeito público alvo da educação especial nas escolas do campo? Os atores que assumem a centralidade de movimentar as demandas dos movimentos sociais do campo, tem tido acesso a esse movimento de visibilização para além da produção de um sujeito transparente?

Temos que refletir sobre essas questões e pensar a partir de Santos (2007) em “buscar inteligibilidade sem “canibalização, sem homogeneização” (SANTOS, 2007 p. 39).

Referencias

ARROYO, MIGUEL. Educação básica e o movimento social do campo. In:_____; CALDART, Roseli; MOLINA, Mônica (org). Por uma educação do campo. Petropolis: Vozes, 2004.

CAIADO, K.R.M. Educação Especial no campo: uma interface a ser construída. In: *Anais do I Seminário de Políticas Públicas de Inclusão Escolar no Rio Grande do Sul*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2010.

HALL, STUART. A identidade cultural na pós-modernidade, tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014

JESUS, D. M. ; ANJOS, C. BERGAMI, C. Z. Educação no campo e educação especial: o que pensam os gestores de educação especial. In: *Encontro de pesquisa em educação da região sudeste - pós-graduação em educação na região sudeste em suas múltiplas dimensões*, 10. 2011, Rio de Janeiro. Anais do 10º Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.fe.ufrj.br/anpedinha2011/anais/anais.php>>. Acesso em 14 fev. 2012.



LOUREIRO, A. D. T. ; SÁ, M. A. ; SELINGARDI, S. A. . Interface da educação especial com a educação do campo: análise do censo escolar de quatro municípios paulistas. In: *Seminário de estudos e pesquisa sobre educação do campo*, 2011. São Carlos. Disponível em: <<http://www.semgepec.ufscar.br/trabalhos/eixo-8/aline-dozzi-teza>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

PIRES, ANGELA MONTEIRO. Educação do campo como direito humano, São Paulo, Cortez, 2012.

SANTOS, B. S. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007.

SKLIAR, CARLOS. Derrida e a Educação (org) – 1. Ed., 1 reimp. – Belo Horizonte. Autentica, 2008.

ZEN, TORETTA ELIEZÉR, Pedagogia da Terra a formação do professor Sem Terra. Dissertação, Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2006.